

## A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CUSTO POR ALUNO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA DE 2002 A 2013 CONFORME METODOLOGIA DO TCU

*THE EVOLUTION OF THE INDICATORS OF COST PER STUDENT IN THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA CATARINA FROM 2002 TO 2013 BASED ON THE METHODOLOGY OF TCU*

Mariana Campagnoni  
[mari.campa@yahoo.com.br](mailto:mari.campa@yahoo.com.br)

Universidade Federal de Santa Catarina

Orion Augusto Platt Neto  
[orion.platt@ufsc.br](mailto:orion.platt@ufsc.br)

Universidade Federal de Santa Catarina

**RESUMO:** As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras têm apresentado desde 2002 uma sequência de nove de indicadores de gestão propostos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por meio da Decisão TCU n.º 408/2002. O foco desta pesquisa concentra-se no primeiro indicador – custo corrente / aluno equivalente – que a partir de 2006 passou a ser apresentado de duas formas: com e sem custos do Hospital Universitário (HU). Este artigo tem por objetivo apresentar a evolução e considerações sobre os indicadores de custo por aluno da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com base na metodologia do TCU entre os anos de 2002 e 2013, considerando os efeitos inflacionários e a influência dos componentes envolvidos. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa e quantitativa; em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. Foi procedida a uma pesquisa documental com base em dados reais contidos nos Relatórios de Gestão (RG) da UFSC de 2003 a 2013. No período, observou-se uma elevação nos custos evidenciados pelos indicadores, causada principalmente pelo aumento dos custos correntes totais com e sem HU, considerando que não houve uma variação significativa no número de alunos equivalentes.

**Palavras-chave:** Tribunal de Contas da União. Universidade Federal de Santa Catarina. Indicadores de Desempenho. Custo Corrente por Aluno Equivalente.

**ABSTRACT:** *Since 2002 Federal Institutions of Higher Education (IFES) in Brazil have presented a sequence of nine management indicators proposed by the Federal Court of Audit (TCU) through Decision TCU n.º 408/ 2002. The focus of this research relies on the first indicator - Current cost / equivalent student – that began to be presented in two ways since 2006, with and without Federal University Hospital (HU) costs. This article aims to present the development and following considerations of the indicators of cost per student of the Federal University of Santa Catarina (UFSC) based on the methodology of TCU from 2002 to 2013, considering the inflationary effects and the influence of the components involved. In terms of the approach to the problem, this is both qualitative and quantitative research. In terms of objectives, this is a descriptive research. This is also a desk research based on actual data contained in UFSC Management Reports (RG) from 2003 to 2013. During this period, there was an increase in costs evidenced by the indicators, mainly caused by the increase of the total current costs with and without HU, whereas there was no significant variation in the number of equivalent students.*

**Keywords:** *Federal Court of Audit. Federal University of Santa Catarina. Performance Indicators. Current Cost per Equivalent Student.*

*Artigo recebido em: 08/06/2014 ; Aceito em: 12/05/2015*

## 1. INTRODUÇÃO

A partir do ano de 2002 as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras passaram a apresentar uma série de indicadores de gestão propostos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por meio da Decisão TCU n.º 408/2002. Tal Decisão tem como propósito central a viabilização de avaliações acerca do desempenho das universidades públicas da rede federal.

Determinou-se que, a partir do referido exercício, todas as IFES deveriam apresentar em seu Relatório de Gestão nove indicadores operacionais que, em uma análise simultânea, podem aferir o desempenho das IFES e formar um histórico capaz de se tornar uma ferramenta acessória de controle e autoavaliação (TCU, 2002).

O foco de análise desta pesquisa se concentra no primeiro indicador – custo corrente / aluno equivalente, que a partir da aprovação dos Acórdãos n.º 1.043/2006 e n.º 2.167/2006, passou a ser apresentado de duas formas: incluindo uma parcela correspondente a 35% das despesas com manutenção do Hospital Universitário (HU), e excluindo 100% destas (TCU, 2006).

O uso de indicadores como instrumento de avaliação nas universidades é assunto amplamente debatido. Da mesma forma, há críticas relacionadas à eficácia dos indicadores de gestão pelo TCU (PLATT NETO; VIEIRA, 2006; QUEIROZ *et.al.*, 2013), bem como aos métodos de avaliação do desempenho discente em uso pelo Brasil (DIAS SOBRINHO, 2008; POLIDORI, 2009). No entanto, de acordo com Ferreira, Santos e Passanha (2013), é possível utilizar os indicadores para fins de análise comparativa entre diferentes IFES, não obstante as críticas em relação a sua metodologia.

Com base na perspectiva respaldada pelo TCU de que os indicadores vistos como série histórica podem ser uma poderosa ferramenta de avaliação institucional, obtém-se a questão que conduz a elaboração desta pesquisa: Como os indicadores de custo por aluno da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apurados de acordo com a metodologia do TCU, evoluíram entre 2002 e 2013?

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo apresentar a evolução e considerações sobre os indicadores de custo por aluno da UFSC com base na metodologia do TCU entre os anos de 2002 e 2013, considerando os efeitos inflacionários e a influência dos componentes envolvidos.

Optou-se por analisar o indicador conforme metodologia do TCU por serem eles de publicação obrigatória. A perspectiva advinda da apresentação destes indicadores, de acordo com o próprio órgão, é a de que, futuramente, possa ser traçado um diagnóstico acerca do desempenho do ensino superior, sendo possível verificar a necessidade de aperfeiçoamentos em setores específicos de gestão (TCU, 2002). Nesse sentido, pretende-se analisar as informações que podem ser coletadas por meio destes indicadores, e se elas podem contribuir com a avaliação do desempenho nas IFES, alinhando-se a pesquisas de Freire, Crisóstomo e Castro (2007), Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011) e Ferreira, Santos e Pessanha (2013).

O presente artigo se justifica como contribuição às universidades no que tange à análise evolutiva dos indicadores, a fim de que estes possam ser utilizados como instrumento de acompanhamento de gestão e de controle social. Apesar das críticas apontadas à metodologia do TCU, esta pesquisa pretende contribuir com a literatura ao verificar informações que podem ser coletadas por meio de análise descritiva dos indicadores.

Os procedimentos metodológicos realizados constam na seção 3, seguidos dos resultados da pesquisa na seção 4 e das conclusões na seção 5. O referencial normativo e teórico e o método de apuração dos indicadores são apresentados a seguir, na fundamentação teórica.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Indicadores de Desempenho das IFES Estabelecidos pelo TCU

O uso de indicadores de desempenho como mecanismos de apoio à avaliação de eficiência em universidades não é uma realidade apenas no Brasil, uma vez que diferentes países contemplam este tipo de ferramenta como avaliação da gestão universitária (HEFCE, 1998; BIGGERI, BINI, 2001; YONEZAWA, 2008; YANG; MCCALL, 2014; RYERSON UNIVERSITY, 2014).

No Brasil, com o intuito de criar um histórico que possibilite a análise de desempenho das universidades, foi expedida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a Decisão TCU n.º 408/2002 – Plenário, em cuja matéria ficou estabelecida a obrigatoriedade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em apresentar, em seus Relatórios de Gestão (RG), uma série de indicadores de desempenho operacional.

A pretensão inicial do trabalho do TCU “abrange a realização de auditorias operacionais [...] com a finalidade de se obterem dados regionais que pudessem contribuir para a elaboração, no futuro, de diagnóstico na área do ensino superior em nível nacional” (TCU, 2002).

A tarefa de padronizar a aplicação dos indicadores ficou sob responsabilidade do “Grupo de Contato”, criado pela própria Decisão e composto por representantes do TCU, da Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC) e da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) (GRUPO DE CONTATO, 2007). No relatório de auditoria levantado no período apontado no trabalho, apontou-se algumas observações, uma vez que:

[...] a grande diversidade das Instituições Federais de Ensino Superior do país envolve toda uma gama de peculiaridades que vão das formas de financiamento à oferta de cursos, dedicação à pós-graduação e pesquisa e à prestação de serviços às comunidades em que estão inseridas (TCU, 2002).

À vista disso, a interpretação dos resultados dos indicadores requer cuidado, pois isoladamente eles não fornecem suporte suficiente que permita conclusões acerca do desempenho das IFES. A intenção do trabalho realizado pela auditoria esteve, portanto, direcionada em “prestar auxílio à administração no tocante ao acompanhamento histórico dos seus índices, fornecendo um importante apoio à autoavaliação institucional” (FERREIRA; SANTOS; PESSANHA, 2013, p. 109).

A Decisão n.º 408/2002 foi atualizada pelos Acórdãos n.º 1.043/2006 e n.º 2.167/2006, que determinam os indicadores obrigatórios a serem apresentados pelas instituições públicas. Segundo o Grupo de Contato (2007), são eles:

a) Custo corrente / aluno equivalente: relação entre o custo corrente e o total de alunos. Após os Acórdãos n.º 1.043/2006 e n.º 2.167/2006, surgiu a obrigatoriedade desse indicador em ser publicado de duas maneiras: a primeira deduz a proporção de 65% das despesas com Hospital Universitário (HU), e a segunda as deduz em sua totalidade (100% dos gastos com HU).

b) Aluno tempo integral / professor equivalente: somatório do número de alunos matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e residência médica em tempo integral dividido pelo número de professores equivalentes.

c) Aluno tempo integral / funcionário equivalente: relaciona o número de alunos em tempo integral, e o número de funcionários equivalentes, com e sem HU.

d) Funcionário equivalente / professor equivalente: divide-se o número de funcionários equivalentes pelo número de professores equivalentes, com e sem HU.

e) Grau de participação estudantil (GPE): indica o número de alunos da graduação em tempo integral (AGTI) em relação ao número de alunos da graduação (AG).

f) Grau de envolvimento discente com pós-graduação (GEPG): representa o quociente entre o número de alunos da pós-graduação e a soma dos alunos da graduação com os da pós-graduação. Verifica, de acordo com Ferreira, Santos e Pessanha (2013), a intensidade com que a universidade está comprometida na manutenção da pós-graduação *stricto sensu*.

g) Conceito CAPES/MEC para a pós-graduação: demonstra a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* conforme avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

h) Índice de qualificação do corpo docente (IQCD): Segundo Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011), este índice “mensura a qualidade do corpo docente, variando entre 1 e 5”. É feita uma ponderação de acordo com o nível de qualificação docente.

i) Taxa de sucesso da graduação (TSG): Relaciona o número de diplomados com o número total de alunos ingressantes.

Este artigo concentra-se na análise do primeiro indicador, o custo corrente / aluno equivalente, cuja apresentação é feita, de maneira aprofundada, na seção a seguir.

## 2.2 O Indicador de Custo Corrente por Aluno Equivalente

A relação dada por este indicador “mede os custos das atividades correntes (manutenção e funcionamento) por aluno equivalente” (FERREIRA; SANTOS; PESSANHA, 2013, p. 109). No entanto, muito se discute acerca da real mensuração do custo de um aluno. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2012) salienta em seu Relatório de Gestão (RG) que o custo por aluno solicitado pelo TCU inclui custos de alunos da escola de aplicação (ensino fundamental e médio), do núcleo de desenvolvimento infantil e de custos com pesquisa e extensão, excluindo amortização de capital.

Nesse contexto, Platt Neto e Vieira (2006) sugerem que, na falta de indicadores que apontem o custo real médio por aluno, sejam elaborados índices de custos viáveis para uso gerencial ou de avaliação institucional, de modo que sua divulgação ocorra de maneira ampla à sociedade. Magalhães *et al.* (2010), ao sugerir metodologia para avaliação do custo do aluno, ressaltam a importância de que recursos próprios e/ou obtidos por outras fontes integrem o custo por aluno juntamente com os recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

Este artigo não possui a pretensão de levantar questionamentos a respeito da eficácia deste indicador, mas analisar a sua evolução na UFSC considerando a atualização monetária e os componentes envolvidos. Para tanto, apresentam-se no quadro a seguir os componentes que integram o custo corrente total, numerador na relação custo-aluno.

**Quadro 1 – Itens componentes do custo corrente total com e sem custos com hospital universitário**

<b>Custo corrente</b>
<b>Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UGs (unidades gestoras), inclusive hospitais universitários, se houver:</b>
(-) Aposentadorias e reformas do órgão Universidade;
(-) Pensões do órgão Universidade;
(-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade;

- (-) Desp. com pessoal cedido – docente do órgão Universidade;
- (-) Desp. com pessoal cedido – corpo técnico administrativo (CTA) do órgão Universidade;
- (-) Desp. com afastamento país/externo – docente do órgão Universidade;
- (-) Desp. com afastamento país/externo – corpo técnico administrativo (CTA) do órgão Universidade.

**Custo corrente com HU:** (-) 65% das despesas correntes totais do Hospital Universitário (HU) e maternidade, devendo ser consideradas todas as unidades hospitalares cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes da Universidade.

**Custo corrente sem HU:** (-) 100% das despesas correntes totais do Hospital Universitário (HU) e maternidade, devendo ser consideradas todas as unidades hospitalares cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes da Universidade.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Portaria TCU n.º 150 (TCU, 2012).

Observa-se que a diferença entre os dois custos se resume no fato de que o custo corrente com HU considera 35% das despesas com o Hospital Universitário, visto que uma parcela dos gastos com estas Unidades Gestoras (UGs) é voltada para o ensino. Este percentual é sugerido pelo próprio TCU, o que, no entendimento de Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011), envolve certa subjetividade. Considera-se custo corrente com HU o valor do custo corrente, apurado conforme o Quadro 1, incluindo 35% das despesas referentes ao HU e maternidade. No custo corrente sem HU, são subtraídas todas as despesas relativas ao HU e maternidade.

Nota-se que o custo corrente utilizado na apuração do indicador não corresponde ao valor integral das despesas correntes da Universidade. É feito um ajuste, como pode ser constatado no Quadro 1.

O termo “aluno equivalente” adotado pelo TCU foi baseado, de acordo com a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC, 2005), no modelo inglês elaborado pelo *Higher Education Funding Council for England (HEFCE)*. Tal relatório consiste na separação entre os alunos que se dedicam integralmente à universidade e os que dedicam uma parte de seu tempo em trabalhos ou outras atividades fora deste ambiente. Com isso, cria-se um aluno equivalente que corresponda aos alunos de período integral e aos que estudam meio período (HEFCE, 2010).

Observa-se, portanto, que não se trata de uma divisão simples das despesas pelo número de alunos, pois se considera que um aluno de tempo integral acaba por consumir mais recursos da universidade do que um aluno de meio período. Para Amaral (2004), é importante refletir sobre o modo como o custo de um aluno varia nas universidades, levando em conta as atividades de pesquisa e extensão e quanto isso representa em cada instituição.

O cálculo do aluno equivalente, denominador na fórmula do indicador de custo por aluno, corresponde à soma do número de alunos equivalentes da graduação (AGE) com os alunos da pós-graduação *stricto sensu* em tempo integral (APGTI) e residentes em tempo integral (ARTI), conforme apresentado no Quadro 2.

#### Quadro 2 – Equação do total de alunos equivalentes

**Total aluno equivalente = AGE + APTI + ARTI**

Onde: AGE = alunos da graduação equivalentes.

APTI = alunos da pós-graduação em tempo integral = 2 x APG.

ARTI = alunos da residência médica em tempo integral = 2 x AR.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na metodologia apresentada pelo Grupo de Contato (2007).

Os números de APTI e ARTI equivalem ao dobro do número de alunos da pós-graduação (APG) e de alunos residentes (AR), já que aqueles têm dedicação exclusiva à universidade. O número de AGE deriva da equação do número de alunos da graduação em tempo integral (AGTI) estabelecido pelo Grupo de Contato (2007), conforme Quadro 3, a seguir.

**Quadro 3 – Equação do número de alunos equivalentes da graduação**

$AGE = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ (N_{DI} * D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_I - N_{DI}) / 4) * D_{PC} \} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}], \text{ ou } AGE = AGTI * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$
<p>Onde: <math>AGTI = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ (N_{DI} * D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_I - N_{DI}) / 4) * D_{PC} \}.</math></p> <p><math>N_{DI}</math> = número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.</p> <p><math>D_{PC}</math> = duração padrão do curso de acordo com a tabela da SESu.</p> <p><math>N_I</math> = número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso.</p> <p>Fator de Retenção e Peso do grupo em que se insere o curso: calculados de acordo com metodologia da Secretaria da Educação Superior (SESu).</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base na metodologia apresentada por Grupo de Contato (2007).

O número de AGTI e de AGE se diferem pelo fato de este último considerar o peso do grupo no qual se insere o curso, informação fornecida pela Secretaria da Educação Superior (SESu) (GRUPO DE CONTATO, 2007). Os componentes apresentados (AR, ARTI, APG, APGTI e AGE) são também denominados pela UFSC (2012) como indicadores primários e seus valores podem ser conferidos na Seção 4.2.

### 2.3 Pesquisas Anteriores

São apresentadas, nesta seção, algumas pesquisas anteriores no que se refere ao estudo do custo do aluno nas universidades públicas, sendo que algumas abordam, outras não, a metodologia do TCU. Ambos os estudos apresentados auxiliaram na construção desta pesquisa e foram utilizados como apoio para a análise dos resultados encontrados.

Amaral (2004) analisou a evolução do custo do aluno nas IFES entre 1995 e 2001, período anterior à implementação da metodologia do TCU. O autor sugeriu uma metodologia própria para o cálculo destes custos, considerando a inflação no período, e observou, como resultado, uma redução no custo do aluno ocasionada pela redução no repasse de recursos às instituições e pelo aumento no número de alunos.

Magalhães *et al.* (2010) apuraram o custo por aluno no ensino de graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Assim como Amaral, os autores propuseram um metodologia própria para o cálculo do custo por aluno, no qual o custo foi apurado por curso, considerando que cursos diferentes possuem custos também diferenciados.

Algumas pesquisas, além de adotarem a metodologia do TCU, utilizaram também amostras para chegar a seus resultados. Freire, Crisóstomo e Castro (2007) e Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011) analisaram possíveis relações entre os indicadores do TCU e os de desempenho discente, medido pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A primeira pesquisa não detectou um esperado efeito positivo do custo por aluno no desempenho (FREIRE; CRISÓSTOMO; CASTRO, 2007). A segunda, por sua vez, constatou que o custo por aluno tem, de fato, efeito positivo sobre o desempenho discente (BARBOSA; FREIRE; CRISÓSTOMO, 2011).

Ferreira, Santos e Pessanha (2013) procederam a uma análise comparativa, com base em métodos estatísticos, em 59 IFES, na busca pela identificação de possíveis correlações. Embora o conjunto dos indicadores do TCU não abranja toda a dimensão avaliativa do ensino superior, os autores constataram ser possível a análise comparativa entre universidades, cujos resultados podem contribuir para a literatura nas áreas de controle e gestão dos gastos públicos.

Além disso, é possível verificar estudos que contestem a eficácia dos indicadores do TCU. Platt Neto e Vieira (2006) discutiram acerca de sua metodologia e sugeriram seu aprimoramento. Queiroz *et al.* (2013), ao analisar o uso dos indicadores, questionaram a

adequação do custo corrente / aluno equivalente às necessidades das IFES, sugerindo que este seja substituído por um índice mais adequado.

Na literatura internacional, reconhecendo a necessidade de se construir indicadores apropriados para avaliação da eficiência, efetividade e e qualidade da educação, Biggeri e Bini (2001) propuseram um conjunto de indicadores para uso no sistema universitário Italiano, com base nos quais buscaram uma metodologia apropriada e sem informações redundantes.

Yang e Mccall (2014) examinaram relação entre políticas de financiamento em educação e acesso ao ensino superior, entre 86 países no período de 1998 a 2009, por meio de indicadores internacionais de desempenho. No que se refere ao custo por estudante no ensino superior, os autores constataram que em países desenvolvidos ele costuma ser constante ao longo dos períodos, à medida que em países em desenvolvimento (ou menos desenvolvidos - como os próprios autores preferem destacar) este indicador apresenta significativas variações.

O presente estudo dá prosseguimento às pesquisas sobre avaliação de desempenho no ensino superior público por meio de indicadores, neste caso, tratando do indicador de custo por aluno calculado conforme metodologia do TCU. Conforme salientado anteriormente, esta metodologia possui críticas relacionadas à sua construção, mas o referido órgão acredita que os indicadores podem fornecer relevantes informações estratégicas à gestão universitária, especialmente se vistos de forma conjunta e em série histórica. Pretende-se, assim, traçar uma investigação como forma de verificar se estas informações podem, de fato, ser úteis às universidades.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Enquadramento Metodológico**

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é entendida como qualitativa e quantitativa (mista). Na abordagem qualitativa, buscou-se estudar o comportamento dos indicadores de custo / aluno na série delimitada. É quantitativa por terem sido utilizados mecanismos de cálculos para aferir os resultados.

Em relação aos objetivos, trata-se uma pesquisa descritiva, e como tal concentra seu interesse na “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42). Esta pesquisa pretende decifrar o comportamento dos indicadores, destacando seus aspectos mais relevantes. Foi procedida a uma pesquisa documental com base em dados reais publicados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em seus Relatórios de Gestão (RG) referentes aos anos de 2003 a 2012. Classificam-se tais relatórios como fontes de dados secundários, dado que possuem uma análise preliminar por parte da Universidade.

Quanto aos dados coletados, de fontes secundárias, foi feito um ajuste monetário no custo corrente total e no custo corrente por aluno equivalente em todos os anos, a fim de amenizar os efeitos ocasionados pela inflação. Para isso, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), disponível no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

#### **3.2 População e Amostra**

Esta pesquisa não apresenta uma amostragem, uma vez que se baseia em apenas uma instituição: UFSC, a qual, isoladamente, não representa todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Conforme relato de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU),

cada universidade possui características próprias, e a comparação entre seus indicadores pode ocasionar conclusões errôneas (GRUPO DE CONTATO, 2007).

A par disso, busca-se, nesta pesquisa, evidenciar a utilidade do indicador de custo / aluno como ferramenta de controle interno, respeitando as orientações do TCU. Os indicadores são apresentados desde 2002 em relatório, e desde 2006 em série histórica, de forma complementar. A leitura e interpretação de sua variação pode gerar informações de cunho gerencial para as IFES, representando, desta forma, um instrumento de apoio à tomada de decisão na gestão universitária.

### **3.3 Instrumentos e Procedimentos de Pesquisa**

Esta pesquisa empregou a documentação para o alcance de seu objetivo. No capítulo 4 são apresentados os resultados obtidos a partir deste instrumento. Os procedimentos para a realização desta pesquisa foram definidos em 6 etapas:

1ª etapa: Revisão de literatura das normas do TCU que regulam os indicadores de desempenho.

2ª etapa: Coleta e organização dos itens componentes da custo corrente, numerador na equação custo / aluno, entre 2002 e 2012.

3ª etapa: Coleta e organização do n.º de alunos equivalentes, denominador no indicador de custo / aluno no período de 2002 a 2012.

4ª etapa: Ajuste nos dados coletados, cujo critério está descrito na seção 4.1 do capítulo de Resultados da Pesquisa.

5ª etapa: Tabulação dos dados em planilha eletrônica e atualização monetária do custo corrente e do indicador custo / aluno com base no IPCA.

6ª etapa: Elaboração de tabelas e gráficos para apresentação e discussão sobre a evolução dos indicadores.

Salienta-se que foi presumida legitimidade nos dados fornecidos pela Universidade nos RG, considerando a impossibilidade dos autores em confirmarem a veracidade dos dados disponibilizados pela Instituição.

## **4. RESULTADOS DA PESQUISA**

### **4.1 Obtenção e Ajuste dos Dados**

A Universidade Federal de Santa Catarina (atuto) é uma autarquia de regime especial, brasileira, vinculada ao Ministério da Educação, cuja finalidade é promover o conhecimento científico, tecnológico, artístico e filosófico (UFSC, 2011).

A UFSC tem publicado em seus Relatórios de Gestão (RG) todos os indicadores de desempenho solicitados pelo TCU. Contudo, os indicadores referentes ao exercício de 2002 podem ser constatados nos RGs a partir de 2006, ano no qual passaram a ser apresentadas séries históricas dos indicadores (UFSC, 2013).

Além da atualização monetária elucidada na Seção 3, foram feitos alguns ajustes por parte dos autores para que fosse mantida uma maior acurácia na apuração dos dados. O ano de 2002, conforme comentado, teve os custos correntes totais com e sem a parcela do HU e o total de alunos equivalentes apresentados nas séries históricas a partir de 2006. Dessa forma, não se teve acesso aos saldos referentes às despesas correntes e aos componentes que as deduzem.

Nos exercícios de 2003 e 2004 ainda não havia a apresentação do custo por aluno reduzindo 100% das despesas com HU, logo, tais despesas foram deduzidas. O custo corrente



total sem HU e o indicador custo corrente / aluno equivalente sem HU de 2003 e 2004, foram, desta forma, coletados nas séries históricas a partir de 2006.

Em 2005 e 2010 constatou-se uma diferença pouco significativa entre os valores apresentados pelos RGs e os saldos calculados, o que não chega a interferir diretamente na análise da evolução dos indicadores. Da mesma forma, alguns indicadores primários (número de alunos residentes e de alunos da pós-graduação) tiveram que ser inferidos nos anos de 2003 e 2004 por não terem sido apresentados, conquanto isso não chegasse a prejudicar a compreensão dos indicadores. Mais detalhes podem ser averiguados na Tabela 1 e no Quadro 4, constantes na próxima seção.

#### 4.2 Apresentação dos Itens que Compõem o Custo Corrente Total e o Custo Corrente por Aluno Equivalente

Demonstram-se nesta seção os itens que compõem o custo corrente por aluno equivalente com e sem HU referentes aos exercícios de 2002 a 2013, em valores ajustados pelo IPCA.

**Tabela 1 – Composição e evolução do custo corrente total com HU e sem HU de 2002 a 2013**  
Valores expressos em Milhares de Reais (Reais Mil), atualizados monetariamente pelo IPCA para 31/12/2013.

Componentes	2002 (1)	2003 (2)	2004 (2)	2005 (3)	2006	2007
Despesas correntes da universidade	ND	666.554	715.613	725.545	853.749	872.833
(-) 65% das despesas correntes do	ND	52.930	53.154	76.149	85.436	84.988
(-) 100% das despesas correntes do	ND	81.431	81.775	117.152	131.440	130.751
(-) Aposentadorias e reformas	ND	119.338	119.593	126.314	144.757	140.478
(-) Pensões	ND	14.595	16.458	18.974	20.855	22.069
(-) Sentenças judiciais	ND	71.966	70.679	76.959	77.609	75.643
(-) Desp. com pessoal cedido	ND	534	677	740	723	1.054
(-) Desp. com pessoal cedido (CTA)	ND	366	85	87	-	300
(-) Desp. com afastamento país/exterior (docente)	ND	7.990	8.417	7.714	-	-
(-) Desp. com afastamento país/exterior (CTA)	ND	742	970	909	-	-
<b>Custo corrente com HU</b>	436.486	398.093	445.581	417.699	524.369	548.301
<b>Custo corrente sem HU</b>	410.297	369.592	416.960	376.696	478.365	502.538
Componentes	2008	2009	2010 (4)	2011	2012	2013
Despesas correntes da universidade	932.207	1.058.066	1.239.543	1.217.836	1.303.999	1.367.750
(-) 65% das despesas correntes do	73.606	92.150	119.645	138.684	134.047	136.427
(-) 100% das despesas correntes do	113.240	141.769	184.070	213.360	206.227	209.888
(-) Aposentadorias e reformas	156.308	166.280	193.412	205.325	218.849	263.784
(-) Pensões	25.331	29.031	31.509	33.205	34.511	37.849
(-) Sentenças judiciais	45.330	40.465	37.601	34.915	33.651	6.873
(-) Desp. com pessoal cedido	1.218	1.028	2.180	1.043	851	1.025
(-) Desp. com pessoal cedido (CTA)	498	1.056	1.451	915	653	819
(-) Desp. com afastamento país/exterior (docente)	-	-	-	-	-	-
(-) Desp. com afastamento país/exterior (CTA)	-	-	-	-	-	-
<b>Custo corrente com HU</b>	629.916	728.055	853.745	803.750	881.437	920.973
<b>Custo corrente sem HU</b>	590.282	678.436	789.320	729.073	809.257	847.512

Notas

CTA – Corpo técnico-administrativo. HU – Hospital Universitário.

(1) ND – Não Disponível. As variáveis componentes das despesas referentes ao RG de 2002, até o relatório de 2013, não foram divulgadas.

(2) Os valores referentes aos 100% das despesas correntes do HU dos exercícios de 2003 e 2004 foram inferidos pelos autores, haja vista que não constavam nos relatórios dos referidos anos.

(3) Constatou-se na verificação do RG de 2005 que havia uma diferença de R\$ 106,51 mil (em valores originais) entre os custos correntes com HU e sem HU não computada. Tal resultado representa 0,04% do total dos custos correntes e não pode ser considerado significativo, mas os autores preferiram manter os valores encontrados a fim de se obter uma maior acurácia na análise dos indicadores de custo/aluno.

(4) No ano de 2010 há uma diferença de R\$ 325,79 mil (em valores originais) entre o total os custos correntes (com e sem HU) mostrados no RG do referido ano e os custos correntes apresentados na série histórica mais recente (2013). Optou-se por manter os valores originais constantes no RG, já que a diferença corresponde a 0,05% dos custos correntes totais (pouco significativa). O saldos de 2010 incluem valores recebidos de destaques e convênios para fins de pesquisa e extensão.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão da UFSC (2002 a 2013).

Entre 2003 e 2013 houve um aumento de 131% no custo corrente com HU, e de 129% no custo corrente sem HU, sendo que as despesas correntes da Universidade computaram uma variação positiva de 105%, passando de R\$ 666,55 milhões para R\$ 1,37 bilhão no período de onze anos.

As despesas referentes ao HU obtiveram um crescimento de 158% entre 2003 e 2013, com destaque a 2011, ano no qual se constatou a maior parcela de despesa com HU se comparado aos demais anos, R\$ 213,36 milhões (18% das despesas correntes neste ano).

Nos anos de 2003, 2004 e 2005 houve despesas com afastamento de servidores docentes e técnico-administrativos (CTA), as quais passaram a não se repetir nos anos posteriores, mas que podem ter influenciado a redução do custo corrente (com e sem HU) neste período.

Quanto às despesas com pessoal cedido, apenas em 2006 não houve tais gastos no que se refere ao CTA. No quadro 4 é apresentado o segundo item que integra o indicador, o número total de alunos equivalentes em cada ano, juntamente com os indicadores primários que o compõem.

**Quadro 4 – Composição e evolução do número total de alunos equivalentes – 2002 a 2013**

<b>Indicadores Primários</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>AR</b>	ND	50 (1)	53 (1)	56	62	68
<b>ARTI = (2 x AR)</b>	ND	100	106	112	124	136
<b>APG</b>	ND	7.121 (2)	5.269 (2)	5.127	4.937	6.601
<b>APGTI = (2 x APG)</b>	ND	14.242	10.538	10.254	9.874	13.202
<b>AGE</b>	ND	26.307	25.687	25.367	25.507	26.978
<b>Total alunos equivalentes = AGE + APGTI + ARTI</b>	<b>39.890</b>	<b>40.649</b>	<b>36.331</b>	<b>35.733</b>	<b>35.505</b>	<b>40.316</b>
<b>Indicadores Primários</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>AR</b>	74	75	75	90	133	149
<b>ARTI = (2 x AR)</b>	148	150	150	180	266	298
<b>APG</b>	5.888	6.242	6.069	6.564	6.084	6.241
<b>APGTI = (2 x APG)</b>	11.776	12.484	12.138	13.128	12.168	12.842
<b>AGE</b>	27.383	26.859	31.019	30.813	30.031	30.607
<b>Total alunos equivalentes = AGE + APGTI + ARTI</b>	<b>39.307</b>	<b>39.493</b>	<b>43.307</b>	<b>44.121</b>	<b>42.465</b>	<b>43.737</b>

Notas

(1) Valores inferidos a partir da fórmula do ARTI e do APGTI, uma vez que não constavam nos RG dos referidos exercícios.

(2) Variação de 2003 a 2013, considerando que os valores referentes a 2002 não estavam disponíveis.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão da UFSC (2002 a 2013).

Observa-se que houve uma variação de 198% no número de alunos residentes (AR), e por conseguinte, de alunos residentes em tempo integral (ARTI) entre 2003 e 2013. Isto permite considerar que talvez tenha ocorrido um incentivo na participação dos alunos nas atividades do HU. Nota-se, contudo, que a variação mais significativa da série se concentra nos três últimos exercícios, sendo que entre 2011 e 2012 a variação foi de 48%, e nos demais anos ela esteve na média dos 8%.

No número de alunos da pós-graduação (APG), logo, da pós-graduação em tempo integral (APGTI), verificou-se uma queda de 12% entre 2003 e 2013. O ano de 2003 apontou o maior número de APTI, 14.242, contra 9.874 em 2006, menor número computado na série.

Quanto ao número de alunos da graduação equivalentes (AGE), é possível averiguar a partir do Quadro 4 o aumento de 16% entre 2003 e 2013. Ainda assim, este indicador primário apresentou reduções no decorrer dos 11 anos, embora elas não tenham sido maiores que 3%.

No total de alunos equivalentes (AGE + APTI + ARTI), ocorreu um aumento de 8% entre 2003 e 2013. Houve um pico de 44.121 no total em 2011, e o menor valor foi de 35.505 referente a 2006, consequência do reduzido número de APTI. Entre 2002 e 2013, houve um aumento de 10%, tendo em vista que o total de alunos equivalentes registrado em 2002 foi menor que em 2003.

### 4.3 Considerações Sobre a Evolução dos Indicadores

Na Tabela 2, apresentam-se os saldos referentes ao custo corrente total e ao custo corrente por aluno equivalente, ambos com e sem a parcela do HU, em moeda original e ajustada. Em seguida, tem-se a análise crítica sobre a evolução destes indicadores e como seus componentes a influenciaram.

**Tabela 2 – Custo corrente total e custo corrente / aluno equivalente**

Ajuste feito pelo IPCA até 31/12/2013 nas Colunas de “Ajustada”.

Ano	Custo Corrente Total (R\$ Mil)				Custo Corrente/ Aluno Equivalente (R\$ 1,00)			
	Com HU		Sem HU		Com HU		Sem HU	
	Original	Ajustada	Original	Ajustada	Original	Ajustada	Original	Ajustada
2002	219.987	436.486	206.788	410.297	5.515	10.942	5.184	10.286
2003	222.512	398.091	206.582	369.591	5.474	9.793	5.082	9.092
2004	270.094	445.582	252.745	416.961	7.434	12.264	6.957	11.477
2005	270.007	417.700	243.502	376.697	7.556	11.689	6.814	10.542
2006	353.898	524.369	322.850	478.365	9.968	14.769	9.093	13.473
2007	384.104	548.301	352.045	502.537	9.527	13.600	8.732	12.465
2008	464.126	629.917	434.923	590.282	11.808	16.026	11.065	15.017
2009	563.803	728.054	525.378	678.435	14.276	18.435	13.303	17.179
2010	694.901	853.744	642.463	789.320	16.046	19.714	14.835	18.226
2011	694.799	803.750	630.145	728.957	15.748	18.217	14.284	16.524
2012	808.964	881.437	742.719	809.257	19.050	20.757	17.490	19.057
2013	894.908	920.973	823.526	847.512	20.456	21.052	18.825	19.373
<b>Varição</b>	307%	111%	298%	107%	271%	92%	263%	88%

Notas:

(1) Variação de 2002 a 2013.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão da UFSC (2002 a 2013).

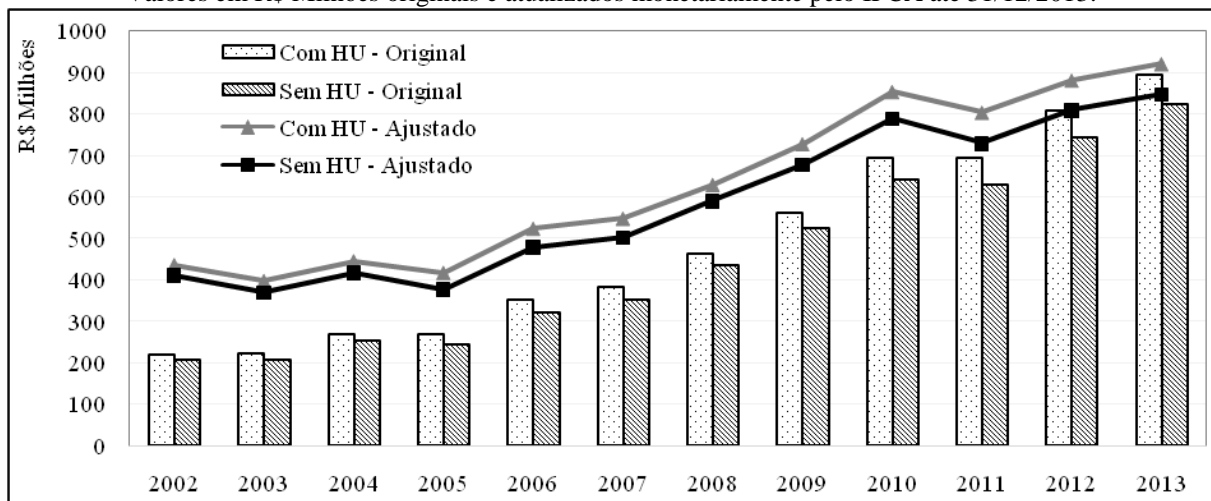
Nota-se que os valores originais apontam uma variação mais significativa em relação aos ajustados, razão pela qual se aconselha a atualização monetária. Nesse caso, atualizaram-se os valores de todos os anos para a moeda de 31 de dezembro de 2013.

Um reflexo do ajuste monetário pode ser verificado entre 2002 e 2003, em que os custos correntes com HU em moeda original apresentaram aumento de 1%, mas em moeda ajustada, a redução foi de 9%. Isto ocorreu porque o ajuste foi feito com base na inflação acumulada de 98,41% em 2002, e de 78,91% em 2003, o que influenciou na redução no indicador de custo corrente / aluno equivalente neste intervalo.

Com base nos dados ajustados, verifica-se que em 2013 os custos correntes totais com e sem HU tiveram um aumento de 111% e 107% respectivamente, ou seja, praticamente dobraram o seu valor em relação a 2002.

Os indicadores de custo corrente / aluno equivalente com e sem HU apresentaram um crescimento de 92% e 88%, respectivamente. Em geral, a tendência foi de crescimento em todos os anos, fato que pode ser visualizado nos Gráficos 1 e 2, mostrados a seguir.

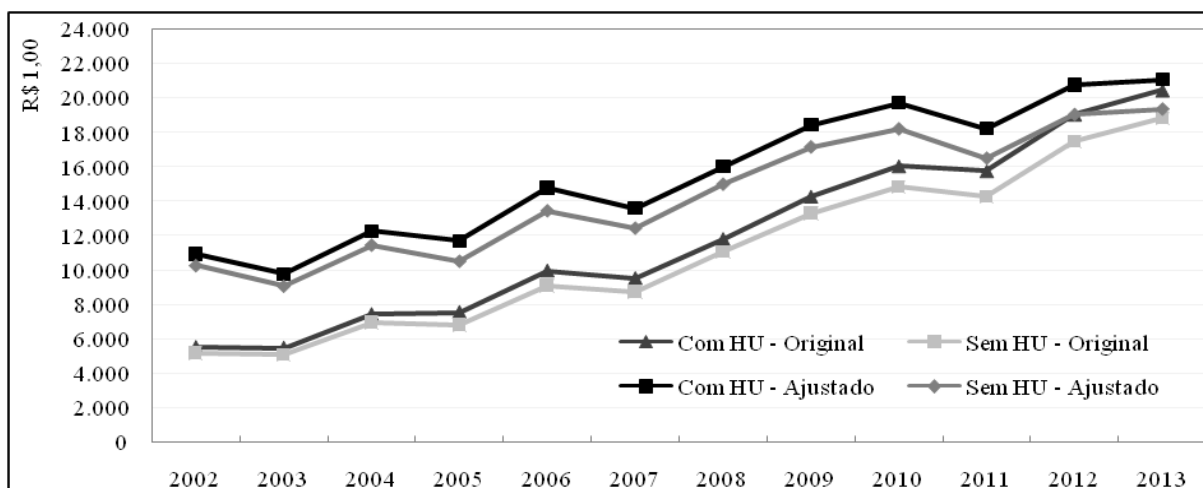
**Gráfico 1 – Evolução do custo corrente com e sem HU – 2002 a 2013**  
Valores em R\$ Milhões originais e atualizados monetariamente pelo IPCA até 31/12/2013.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão da UFSC (2002 a 2013). Tabela 2.

De acordo com o Gráfico 1, observa-se que houve redução, entre 2004 e 2005, de 6% no custo corrente com HU e de 10% no custo corrente sem HU, e entre 2010 e 2011, de 6% e 8%, respectivamente. Embora o custo corrente com e sem HU, em geral, tenha aumentado, e estas diminuições tenham sido pouco significativas em relação ao custo como um todo, elas acabaram por influenciar as variações do indicador de custo corrente / aluno equivalente, como pode ser constatado no Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Evolução dos indicadores de custo corrente / aluno equivalente com e sem HU – 2002 a 2013**  
Valores em R\$ 1,00 originais e atualizados monetariamente pelo IPCA até 31/12/2013.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão da UFSC (2002 a 2013). Tabela 2.

A análise do Gráfico 2, juntamente com os dados contidos nas Tabelas 1 e 2 e no Quadro 4, permite inferir que houve uma variação de R\$ 14.941 ou 271% no custo corrente / aluno equivalente com HU, e de R\$ 13.641 ou 263% no custo corrente / aluno equivalente sem HU, quando se verificam os valores originais apresentados pelos RG. Entretanto, observa-se nos saldos ajustados que essa variação representa R\$ 10.110 e R\$ 9.087 respectivamente, ou 92% e 88%, conforme comentado anteriormente.

Entre 2002 e 2003 houve pequena diminuição nos indicadores, consequência da redução de 9% no custo corrente com HU e de 10% no custo corrente, sem HU influenciada pelo ajuste monetário. A variação entre os indicadores de 2004 e 2005 se deu por uma redução ocorrida tanto nos custos correntes quanto no número de alunos equivalentes.

O exercício de 2006 aponta um aumento de 26% nos custos correntes com HU e de 27% nos custos sem HU contra uma diminuição de 1% no número de alunos equivalentes em relação ao ano anterior. Este fato ocasionou um crescimento nos indicadores de 26% e 28% respectivamente, e não se repetiu em 2007, ano no qual a variação nos custos correntes esteve na média dos 5% em relação a 2006. Quanto ao número de alunos equivalentes, 2007 apresentou um aumento de 14%, o maior do período. Tais variações acarretaram uma redução nos indicadores entre 2006 e 2007.

O exercício de 2010 apresentou a peculiaridade de ser o único no qual o custo corrente por aluno equivalente com e sem HU foi publicado de duas formas: com e sem despesas relativas a destaques e convênios.

A UFSC (2010) explica em seu RG que esses custos representam a quantia de R\$ 164,45 milhões recebidos de Ministérios (não especificados) para projetos de pesquisa e extensão. Desconsiderando tal valor, as despesas correntes seriam de R\$ 844,47 milhões. Foram considerados, neste artigo, os custos com destaques e convênios, o que pode ser a razão de os custos correntes totais em 2010 terem sido maiores do que em 2011, o que também refletiu na redução do indicador entre esses dois anos.

Salvos estes casos, a Universidade apresentou, em geral, crescimento nos custos correntes com e sem HU no período analisado, à medida que o número de alunos equivalentes praticamente se manteve estável, dada a baixa variação ocorrida ao longo dos doze anos.

Dessa forma, houve uma tendência de crescimento nos indicadores de custo corrente / aluno equivalente, a qual pode significar que a Universidade tem usado seus recursos para fins de manutenção e funcionamento, o que pode gerar maior qualidade de ensino aos acadêmicos. Visto dessa forma, o crescimento seria um bom indicativo para a UFSC.

Contudo, somente uma pesquisa exploratória na área poderia confirmar se os custos estão sendo utilizados com eficiência. De acordo com Freire, Crisóstomo e Castro (2007), um

maior custo por aluno deve representar melhorias nas instalações e serviços da instituição de ensino, o que promove um incremento na qualidade na formação acadêmica. Porém, os mesmos autores concluíram em sua pesquisa que o custo do aluno não produz efeito sobre o desempenho discente (FREIRE; CRISÓSTOMO; CASTRO, 2007).

Da mesma forma, discussões acerca da eficácia da metodologia adotada pelo TCU ocorrem desde a aprovação dos indicadores, uma vez que eles podem não representar o real custo do aluno na universidade (PLATT NETO; VIEIRA, 2006). Amaral (2004), ao estudar a evolução do custo do aluno nas IFES no período 1995-2001, observou que ele reduziu entre estes anos. Porém, a metodologia sugerida pelo autor não é a mesma adotada pelo TCU, mesmo havendo algumas semelhanças. Além dos aspectos metodológicos, a série história também é diferente, o que impossibilita uma comparação.

Assim, conquanto a metodologia deste indicador esteja em construção, merecendo ajustes futuros, é possível constatar que a leitura histórica dos indicadores pode fornecer informações estratégicas à avaliação de desempenho da universidade, tais como variações no custo corrente, no número de alunos, e se houve discrepâncias no período (e quais seriam as causas).

É evidente, assim, a possibilidade de a leitura histórica dos indicadores do TCU fornecerem informações complementares, as quais podem ser úteis estrategicamente à universidade. A metodologia adotada pelo órgão, por sua vez, tem sua construção criticada, conforme ressaltado nos capítulos anteriores.

Queiroz *et al.* (2013) sugerem a substituição deste indicador por outro mais adequado. De fato, suas bases de rateio carecem de comprovações acerca de sua eficácia. O indicador procura informar o custo por aluno por meio de uma divisão que, embora considere o termo “equivalente” para diferenciar alunos de tempo integral e de meio período, merece, de fato, questionamentos advindos da literatura especializada.

Ademais, não há indícios de rateio por tipo de curso, o que pode levar a uma pressuposição de que todos os cursos possuem o mesmo custo para a universidade. Tal situação foi contraposta por Magalhães *et al.* (2010), os quais verificaram significativa variação de custos entre os diferentes cursos da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Da mesma forma, considerar que os cursos de graduação possuem os mesmos custos que programas de pós-graduação também é um tópico que merece atenção, pois ambos e diferenciam desde tempo de curso a número de alunos. Por fim, os gastos com HU devem integrar um adequado indicador de custo / aluno se eles representarem, de fato, o gasto com o aprendizado do aluno no hospital. No entanto, é necessária comprovação científica de que esses gastos realmente implicam em 35% das despesas com HU em todas as IFES. Nesse sentido, embora não seja escopo desta pesquisa a crítica a respeito da eficácia deste indicador, acredita-se que a revisão em sua metodologia pode contribuirá significativamente a sua eficácia.

A evolução deste indicador em conjunto com os demais instituídos pelo TCU pode fornecer uma visão conjunta entre o custo por aluno e o desempenho discente, docente e administrativo universitário. Acredita-se, portanto, que eles podem ser uma ferramenta útil aos usuários, no acompanhamento da gestão universitária, e à sociedade, no acompanhamento do uso dos recursos públicos das IFES.

## 5. CONCLUSÕES

A partir da análise demonstrada, considera-se atingido o objetivo deste artigo, uma vez que se apresentou a evolução dos indicadores de custo por aluno da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre os períodos de 2002 a 2013, calculados conforme a decisão do

Tribunal de Contas da União (TCU), destacando os aspectos mais relevantes acerca da influência de seus itens componentes.

Observou-se que o indicador de custo corrente por aluno equivalente excluindo 65% das despesas com Hospital Universitário (HU) obteve um crescimento de 92% entre 2002 e 2013, enquanto este mesmo indicador desconsiderando 100% das despesas do HU apresentou um aumento de 88% no período. Esta variação foi constatada a partir do ajuste monetário dos indicadores, já que os efeitos da inflação fizeram com que tais variações fossem de 271% e 263%, respectivamente, se considerados os valores originais. O ajuste monetário foi feito com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). De 2002 a 2013, a inflação acumulada segundo este índice foi de 98,41%.

Verificou-se uma tendência de crescimento nos indicadores ao longo dos doze anos analisados. Considerando que o número de alunos equivalentes não apresentou uma variação significativa no período, pode-se inferir que este crescimento foi ocasionado pelo aumento dos custos correntes totais com e sem HU. Contudo, os indicadores também apresentaram redução em alguns períodos, ora ocasionada pela diminuição nos custos correntes, ora pelo aumento do número de alunos equivalentes.

Desta forma, acredita-se que, apesar das críticas acerca da metodologia adotada pelo TCU, os indicadores podem ser uma ferramenta útil tanto para os usuários, no acompanhamento da gestão universitária, como pela sociedade, no acompanhamento do uso dos recursos públicos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Espera-se que os resultados apresentados sejam úteis em pesquisas futuras cujo escopo seja os custos dos acadêmicos brasileiros e a gestão universitária. Para trabalhos futuros, sugere-se a análise metodológica dos indicadores de custo / aluno e dos fatores que podem ocasionar o aumento nos custos correntes das IFES, tais como os salários dos docentes e servidores técnico-administrativos. Adicionalmente, recomenda-se que esta pesquisa seja expandida às IFES das Regiões Sul e Nordeste do país, com vistas a avaliar a evolução de seus indicadores, e se eles apresentam o mesmo comportamento.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. Evolução do Custo do Aluno das IFES: eficiência? **Avaliação**, Sorocaba, v. 9, n. 1, p. 115-125, maio 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1272&path%5B%5D=1262>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

BARBOSA, G. C.; FREIRE, F. S.; CRISÓSTOMO, V. L. Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. **Avaliação**, Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 317-343, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772011000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 9 jul. 2013.

BIGGERI, L.; BINI, M. University performance indicators in Italy: the efficiency evaluation using DEA approach. In: Proceedings of the Annual Meeting of the American Statistical Association, 5-9, 2001. **Anais...** Alexandria: American Statistical Association, 2001.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP. v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772008000300011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772008000300011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 03 fev. 2015.

FERREIRA, M. C.; SANTOS, W. J. L.; PESSANHA, J. F. M. Avaliação do ensino superior: análise dos indicadores instituídos pelo TCU para as IFES. **Revista de Contabilidade do**

**Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n. 1, p. 104-124, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/9940/avaliacao-do-ensino-superior--analise-dos-indicadores-instituidos-pelo-tcu-para-as-ifes/i/pt-br>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

FREIRE, F. S.; CRISÓSTOMO, V. L.; CASTRO, J. E. G. Análise do desempenho acadêmico e indicadores de gestão das IFES. **Produção On line**, Florianópolis, edição especial, dez. 2007. Disponível em: <<http://producaoonline.org.br/rpo/article/view/57/57>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO DE CONTATO – Tribunal de Contas da União (TCU); Secretaria da Educação Superior (SESu/ MEC); e Secretaria Federal de Controle Interno (SFC). **Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão**: Decisão TCU n.º 408/2002 – Plenário e Acórdãos n.º 1.043/2006 e n.º 2.167/2006 – Plenário. Versão revisada em janeiro/2007. Disponível em: <[http://pingifes.mec.gov.br/pingifes/index.php?option=com\\_docman&task=searchresult&order=dmdate\\_published&ascdesc=DESC&Itemid=35](http://pingifes.mec.gov.br/pingifes/index.php?option=com_docman&task=searchresult&order=dmdate_published&ascdesc=DESC&Itemid=35)>. Acesso em: 11 jul. 2013.

HEFCE – Higher Education Funding Council for England. **Funding higher education in England**: How the HEFCE allocates its funds. September 2010. Disponível em: <<http://www.hefce.ac.uk/pubs/year/2008/200833/name,63774,en.html>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/ipca-inpc\\_201306\\_1.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201306_1.shtm)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

MAGALHÃES, E. A. et al. Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 637-666, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003476122010000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122010000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 jun. 2014.

PLATT NETO, O. A.; VIEIRA, A. L. Análise Metodológica do Indicador de Custo por Aluno Definido pelo Tribunal de Contas da União para as Universidades Federais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 6., 2006, Blumenau. **Anais...** Blumenau: UFSC, 2006. p.1-13.

POLIDORI, M. M. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP. v. 14, n. 2, p. 267-290, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a09v14n2.pdf>>. Acesso em 05 fev. 2015.

QUEIROZ, I. A. S. *et al.* Adequação dos indicadores de desempenho adotados pelo Tribunal de Contas da União para avaliação da gestão das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Sudeste do Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 13., 2013, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: UFSC, 2013.

RYERSON UNIVERSITY. **Ryerson Performance Indicators**. March 2014. Disponível em: < <http://www.ryerson.ca/content/dam/upo/performance/indicators/PerfIndCURRENT.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

SESu/MEC – Secretaria da Educação Superior, do Ministério da Educação. **Cálculo do aluno equivalente para fins de custos na manutenção das IFES**. Departamento de



Desenvolvimento da Educação Superior/Tecnologia da Informação, fev. 2005. Disponível em:

[http://pingifes.mec.gov.br/pingifes/index.php?option=com\\_docman&task=searchresult&order=dmdate\\_published&ascdesc=DESC&Itemid=35](http://pingifes.mec.gov.br/pingifes/index.php?option=com_docman&task=searchresult&order=dmdate_published&ascdesc=DESC&Itemid=35)>. Acesso em 12 jul. 2013.

TCU - Tribunal De Contas da União. **Decisão TCU n.º 408**, de 24 de abril de 2002 – Plenário. Relator: Iram Saraiva. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/>

[Web/Juris/ConsultarTextual2/Processos.faces?](https://contas.tcu.gov.br/juris/Contas/ConsultarTextual2/Processos.faces?)>. Acesso em: 9 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Acórdão TCU n.º 1.043**, de 28 de junho de 2006 – Plenário. Relator: Guilherme Palmeira. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/Contas/ConsultarTextual2/Processos.faces?>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Acórdão TCU n.º 2.167**, de 27 de novembro de 2006 – Plenário. Relator: Ministro Ubir. Disponível em: <[https://contas.tcu.gov.br/juris/Contas/ConsultarTextual2/](https://contas.tcu.gov.br/juris/Contas/ConsultarTextual2/Processos.faces?)

[Processos.faces?](https://contas.tcu.gov.br/juris/Contas/ConsultarTextual2/Processos.faces?)>. Acesso em: 09 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Portaria - TCU n.º 150**, de 3 de julho de 2012. Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas\\_ordinarias\\_extraordinarias/2012](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_ordinarias_extraordinarias/2012)>. Acesso em : 11 jul. 2013.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Estatuto 2011**. Disponível em: <[http://](http://estrutura.ufsc.br/legislacao/)

[estrutura.ufsc.br/legislacao/](http://estrutura.ufsc.br/legislacao/)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Estrutura UFSC**. 2013. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/campi/campus-florianopolis/>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **DPGI – Departamento de Planejamento e Gestão da Informação**. 2013. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN). Disponível em: <[http://dpgi.proplan.](http://dpgi.proplan.ufsc.br/)

[ufsc.br/](http://dpgi.proplan.ufsc.br/)>. Acesso em: 2 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Gestão**: referentes aos exercícios de 2002 a 2012. Jun. 2013. Disponível em: <<http://dpgi.proplan.ufsc.br/relatorio-de-gestao/>>. Acesso em: 2 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Breve histórico da UFSC. Publicado em out. 2009. Disponível em: <<http://pdi.paginas.ufsc.br/2009/10/28/breve-historico-da-ufsc/>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

YANG, L.; MCCALL, B. World education finance policies and higher education access: A statistical analysis of World Development Indicators for 86 countries. **International Journal of Educational Development**, v. 35, p. 25-36, March 2014. Disponível em: <[http://www.](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738059312001459)

[sciencedirect.com/science/article/pii/S0738059312001459](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738059312001459)>. Acesso em 02 fev. 2015.

YONEZAWA, A. Quality assessment and assurance in japanese universities: the plight of the social sciences. **Social Science Japan Journal**, v. 11, n. 1, p. 69–82, 2008. Disponível em: <<http://ssjj.oxfordjournals.org/content/11/1/69.short>>. Acesso em 28 jan. 2015.